


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 29 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, , Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1004415-68.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel**  
Requerente: Maria Antonia Ferreira  
Requerido: Ana Cristina Barbosa

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

MARIA ANTÔNIA FERREIRA, qualificada nos autos, promove contra ANA CRISTINA BARBOSA a presente ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança de alugueres alegando, em resumo, que a requerida encontra-se em débito com os aluguéis e encargos que menciona, não satisfeitos. Pede a procedência da ação.

Às págs. 38/39 foi concedida tutela para determinar que a requerida desocupasse o imóvel.

A requerida, regularmente citada, não apresentou contestação (págs. 47).

É o relatório.

Passo a decidir.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Inicialmente deve ficar consignado que em função da desocupação do imóvel e da imissão da autora em sua posse, a ação de despejo perdeu o objeto.

No mais, a ausência de contestação por parte da requerida faz presumir como verdadeiros os fatos alegados pela autora em seu pedido inicial (artigo 344 C.P.C.).

A autora, por sua vez, instruiu o pedido adequadamente fazendo prova das suas alegações com os documentos de págs. 12/20.

Quanto aos valores reclamados, estes guardam relação com o contratado e não há prova do seu pagamento.

Justa, portanto, a pretensão da autora.

Diante do exposto, julgo procedente a ação quanto a cobrança de alugueres e encargos, e condeno a requerida ao pagamento da importância descrita na inicial, acrescida de juros de mora desde a citação, correção monetária a partir do ajuizamento do pedido.

A requerida arcará, ainda, com o pagamento das custas processuais, e honorários de advogado de dez por cento sobre o valor final do débito.

Julgo, ainda, extinto o processo sem resolução do mérito quanto ao pedido de despejo, com fundamento no artigo 485, IV do Código de Processo Civil.

Intime-se.

Araraquara, 29 de agosto de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA